



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>11080.734395/2018-59</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	1402-007.040 – 1ª SEÇÃO/4ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	17 de julho de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A
<b>RECORRIDA</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário**

Ano-calendário: 2018

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA.  
INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) nº 796939, com repercussão geral reconhecida (Tema 736), e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4905, declarou a inconstitucionalidade do § 17, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 1996, tendo fixado a seguinte tese “É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária”.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, i) dar provimento ao recurso voluntário da recorrente para cancelar os lançamentos de multa isolada por compensação não homologada, conforme decidido pela Suprema Corte no Recurso Extraordinário (RE) nº 796939, com repercussão geral reconhecida (Tema 736), e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4905.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone – Presidente e Relator


Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Alexandre Iabrudi Catunda, Maurítânia Elvira de Sousa Mendonça, Rafael Zedral, Ricardo Piza Di Giovanni, Alessandro Bruno Macêdo Pinto e Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pela contribuinte acima identificada em face de decisão exarada pela 2ª Turma da DRJ06, sessão de 23 de agosto de 2022 (fls. 87/93), que julgou improcedente a impugnação apresentada pela interessada perante aquele Órgão (fls. 9/32) e manteve o lançamento perpetrado pelo Fisco, relativo a Multa por Compensação não Homologada (AI – fls. 2, assim formalizado):

CNPJ		NOME EMPRESARIAL	
40.263.170/0001-83		ESSENCIS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.	
ENDEREÇO			
R. GANDAVO 363- VILA CLEMENTINO - São Paulo / SP CEP 04023-001			
2 - LAVRATURA			
LOCAL	DATA / HORA	PROCESSO DE AUTUAÇÃO	
DERAT - SÃO PAULO/SP R. Luis Coelho, 197, 12º Andar - Consolação - São Paulo/SP CEP 01309-001	14/09/2018 13:10:06	11080734395201859	
3 - DESCRIÇÃO DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL			
DESCRIÇÃO DOS FATOS			
De acordo com o Despacho Decisório constante do processo identificado abaixo, houve não homologação de compensação, o que enseja a aplicação de multa prevista na legislação.			
ENQUADRAMENTO LEGAL			
Parágrafo 17 do artigo 74 da Lei nº 9.430, de 1996, com alterações posteriores.			
4 - DADOS DO DESPACHO DECISÓRIO			
Nº DO RASTREAMENTO	TIPO DE CRÉDITO		
00000000121519258	Saldo negativo de IRPJ		
PROCESSO DE CRÉDITO	DETENTOR DO CRÉDITO		
10880914872201707	40.263.170/0001-83 - ESSENCIS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.		
Para informações a respeito do Despacho Decisório que deu origem à presente Notificação de Lançamento, consultar o endereço: <a href="http://idg.receita.fazenda.gov.br">http://idg.receita.fazenda.gov.br</a> , menu "Onde Encontro" e opção "e-CAC". No Centro Virtual de Atendimento, acesse o item "Restituição e Compensação" e depois "Consulta Despacho Decisório PER/DCOMP".			
5 - DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO			
A base de cálculo da infração corresponde ao somatório dos débitos remanescentes da compensação realizada, que são calculados, de acordo com a legislação de regência, para a data de transmissão da Declaração de Compensação - DCOMP original.			
Base de cálculo (Valor não homologado) = R\$ 638.719,33 Valor da Multa = Base de cálculo X Percentual da Multa (50%) Valor da Multa por compensação não homologada (Código 3148) = R\$ 319.359,66			
O detalhamento da apuração da base de cálculo da infração, parte integrante desta Notificação de Lançamento, consta do Anexo "Detalhamento da Apuração da Multa por Compensação Não Homologada".			

E no seguinte Anexo (fls. 3):

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> Secretaria da Receita Federal do Brasil		Fl. 3
<b>ANEXO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 3807/2018</b> <b>DETALHAMENTO DA APURAÇÃO DA MULTA POR COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA</b>		
CPF/CNPJ 40.263.170/0001-83	NOME/NOME EMPRESARIAL ESSENCIS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.	PROCESSO DE AUTUAÇÃO 10880914872201707
<b>DCOMP</b>		<b>Valor não homologado (R\$)</b>
216384093722071313029093		16.730,98
243186341619121313023959		5.091,65
183222830619071317025057		616.896,70

### DA IMPUGNAÇÃO

Inconformada, a contribuinte interpôs a impugnação referida (fls. 9/32), alegando:

1. Tempestividade;
2. Decadência do direito de o fisco efetuar lançamento tributário relativo a declarações de compensação transmitidas há mais de cinco anos;
3. No mérito, tratou dos seguintes pontos:
  - 3.1. Da Correta Interpretação do Artigo 136 do CTN;
  - 3.2. Da Boa-Fé da Impugnante;
  - 3.3. Da Impossibilidade de Penalização da Boa-Fé;
  - 3.4. Da Ilegalidade da Concomitância da Multa Isolada com a Multa de Mora;
  - 3.5. Da ocorrência de Bis in Idem;
  - 3.6. Da Impossibilidade de Imposição da Multa Antes do Término da Discussão na Esfera Administrativa;
  - 3.7. Dos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

### DA DECISÃO RECORRIDA

Subindo os autos à apreciação da DRJ06 a 2ª Turma Julgadora, por unanimidade de votos, depois de afastar as preliminares, deu provimento parcial à impugnação, reduzindo os lançamentos.

Novamente irresignada, a recorrente acostou recurso voluntário (fls. 109/130) rebatendo a decisão de 1º Piso naquilo que lhe foi desfavorável e reiterando os argumentos antes expendidos na impugnação.

É o relatório do essencial, em apertada síntese.

## VOTO

Conselheiro Paulo Mateus Ciccone - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo (ciência da decisão recorrida em 04/10/2022 – fls. 105 – protocolização da peça recursal em 28/10/2022 – fls. 107), a representação da contribuinte está corretamente formalizada (fls. 131/143) e os demais pressupostos exigidos para sua admissibilidade foram atendidos, pelo que o recebo e dele conheço.

### BREVE RESUMO DOS FATOS

Discute-se nestes autos a multa isolada aplicada em razão de compensação transmitida pela recorrente e considerada pela Autoridade Tributária como NÃO HOMOLOGADA.

O embasamento legal tem supedâneo no § 17, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 1996, com alterações posteriores, *verbis*:

*§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pela sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vide ADI 4905)*

### RECURSO VOLUNTÁRIO

Pois bem, até algumas sessões passadas, os votos por mim proferidos em casos semelhantes eram pela manutenção dos lançamentos, mais não fosse, pela existência de legislação em plena vigência, sendo vedado aos Conselheiros do CARF afastar sua aplicação (RICARF vigente – artigo 98):

*Art. 98. Fica vedado aos membros das Turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto.*

Todavia, a partir do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 796939, com repercussão geral reconhecida (Tema 736), e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4905, foi declarada a inconstitucionalidade do referido dispositivo legal, em acórdão assim ementado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. NEGATIVA DE HOMOLOGAÇÃO. MULTA ISOLADA. AUTOMATICIDADE. DIREITO DE PETIÇÃO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. BOA-FÉ. ART. 74, §17, DA LEI 9.430/96.

1. Fixação de tese jurídica para o Tema 736 da sistemática da repercussão geral: “É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de

**homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária”.**

2. O pedido de compensação tributária não se compatibiliza com a função teleológica repressora das multas tributárias, porquanto a automaticidade da sanção, sem quaisquer considerações de índole subjetiva acerca do *animus* do agente, representaria imputar ilicitude ao próprio exercício de um direito subjetivo público com guarida constitucional.

3. A matéria constitucional controvertida consiste em saber se é constitucional o art. 74, §§15 e 17, da Lei 9.430/96, em que se prevê multa ao contribuinte que tenha indeferido seu pedido administrativo de ressarcimento ou de homologação de compensação tributária declarada.

4. Verifica-se que o §15 do artigo precitado foi derogado pela Lei 13.137/15; o que não impede seu conhecimento e análise em sede de Recurso Extraordinário considerando a dimensão dos interesses subjetivos discutidos em sede de controle difuso.

5. Por outro lado, o §17 do artigo 74 da lei impugnada também sofreu alteração legislativa, desde o reconhecimento da repercussão geral da questão pelo Plenário do STF. Nada obstante, verifica-se que o cerne da controvérsia persiste, uma vez que somente se alterou a base sobre a qual se calcula o valor da multa isolada, isto é, do valor do crédito objeto de declaração para o montante do débito. Nesse sentido, permanece a potencialidade de ofensa à Constituição da República no tocante ao direito de petição e ao princípio do devido processo legal.

6. Compreende-se uma falta de correlação entre a multa tributária e o pedido administrativo de compensação tributária, ainda que não homologado pela Administração Tributária, uma vez que este se traduz em legítimo exercício do direito de petição do contribuinte. Precedentes e Doutrina.

7. O art. 74, §17, da Lei 9.430/96, representa uma ofensa ao devido processo legal nas duas dimensões do princípio. No campo processual, não se observa no processo administrativo fiscal em exame uma garantia às partes em relação ao exercício de suas faculdades e poderes processuais. Na seara substancial, o dispositivo precitado não se mostra razoável na medida em que a legitimidade tributária é inobservada, visto a insatisfação simultânea do binômio eficiência e justiça fiscal por parte da estatalidade.

8. A aferição da correção material da conduta do contribuinte que busca à compensação tributária na via administrativa deve ser, necessariamente, mediada por um juízo concreto e fundamentado relativo à inobservância do princípio da boa-fé em sua dimensão objetiva.

Somente a partir dessa avaliação motivada, é possível confirmar eventual abusividade no exercício do direito de petição, traduzível em ilicitude apta a gerar sanção tributária.

9. Recurso extraordinário conhecido e negado provimento na medida em que inconstitucionais, tanto o já revogado § 15, quanto o atual § 17 do art. 74 da Lei 9.430/1996, mantendo, assim, a decisão proferida pelo Tribunal *a quo*.

Então, inobstante o referido *caput* do artigo 98 do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023, disponha ficar vedado “aos membros das Turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto”, o inciso I, do Parágrafo único, do mesmo dispositivo, excepciona a regra:

*Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou decreto que*

*I - já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária transitada em julgado do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, ou em controle difuso, com execução suspensa por Resolução do Senado Federal*

Consequentemente, sustentado no entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, deve ser cancelada integralmente a penalidade aplicada, ficando preteridos os demais argumentos apresentados pela parte, pela desnecessidade de apreciá-los e incompatibilidade com os fundamentos aqui adotados.

## **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário da recorrente para cancelar o lançamento de multa isolada por compensação não homologada, conforme decidido pela Suprema Corte no Recurso Extraordinário (RE) nº 796939, com repercussão geral reconhecida (Tema 736), e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4905.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone